

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.100 - SP (2019/0030248-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
RECORRENTE : EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A
RECORRENTE : EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A
RECORRENTE : EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A
RECORRENTE : LITORANEA TRANSPORTES COLETIVOS S/A
ADVOGADOS : LEONARDO BRIGANTI - SP165367
ELISANDRA GOUVEIA POLLI E OUTRO(S) - SP179348
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : FREDERICO BENDZIUS - SP118083
S
JORGE MIGUEL FILHO E OUTRO(S) - SP103549

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A e OUTROS, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de EMPRESA DE ÔNIBUS PÁSSARO MARRON S/A e OUTROS, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg

Superior Tribunal de Justiça

no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Ademais, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitando-se a trazer na petição de embargos de fls. 628/637 o comprovante de pagamento referente ao agendamento anteriormente apresentado, sem, contudo, realizar a complementação do preparo, que era devido em dobro, nos termos do art. 1.007, § 4º do CPC. Alegando, ainda em sede de embargos, "que há o claro recolhimento das custas processuais exigidas na interposição do recurso excepcional, de forma que as ora Embargantes apenas deixaram de juntar "guia mãe" do recolhimento efetuado, o que por si só não pode ser enquadrado nos termos do artigo 1.007, § 4º do Código de Processo Civil" e, por fim,

Ocorre que, os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Essa exigência tem respaldo na necessidade de constar o número do código de barras e o do processo no comprovante de pagamento, viabilizando-se a comparação com aqueles lançados na GRU apresentada, para que não haja dúvida acerca da validade do documento e do seu efetivo recolhimento.

Ressalte-se que a petição de fls. 677/682, trazida aos autos em razão do despacho oportunizando a regularização do feito, não pode ser conhecida para os fins a que se destina, uma vez que protocolizada fora do prazo assinalado, ocorrendo a preclusão temporal da prática do ato.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

